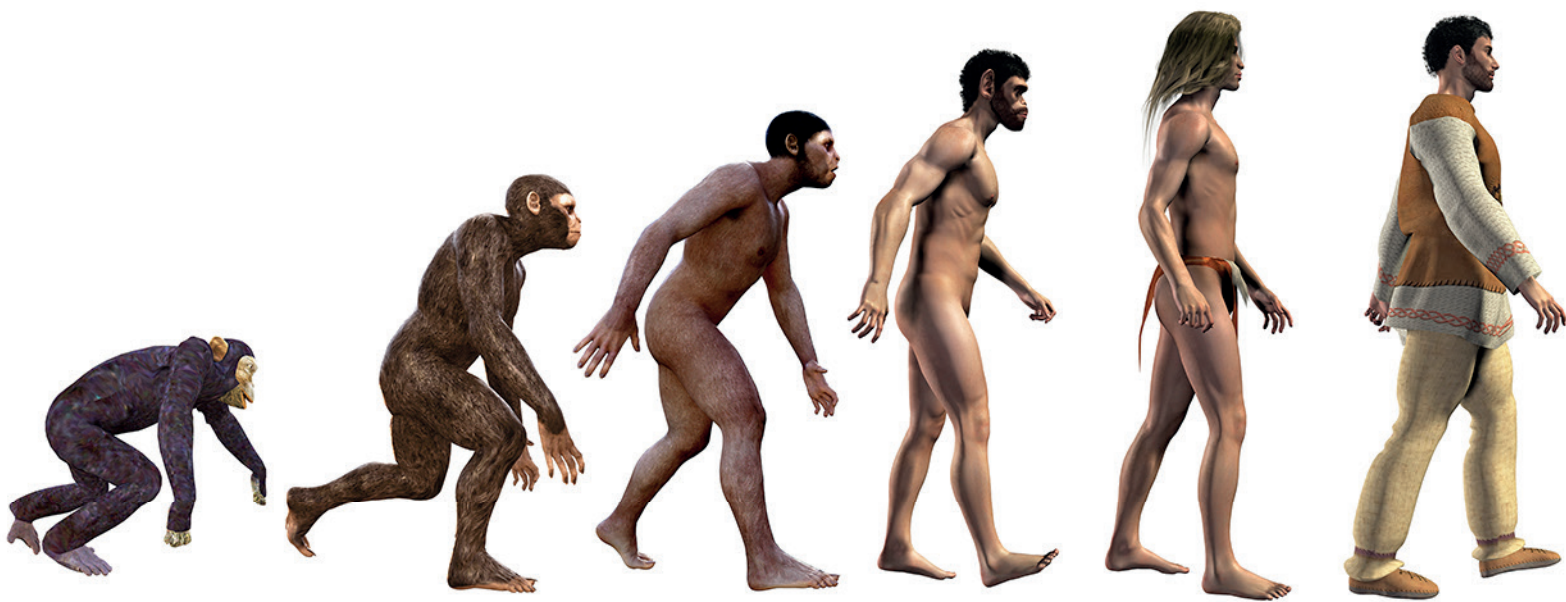


# Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

## 4

Anna Paula Lombardi  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Anna Paula Lombardi**

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais  
Aplicadas  
4**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-034-6

DOI 10.22533/at.ed.346191501

1. Administração pública. 2. Relações trabalhistas. 3. Trabalho – Brasil. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 351.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 4, apresenta 16 capítulos sobre os aspectos relevantes das Ciências Sociais Aplicadas. Os temas têm como peculiaridade exibir no contexto atual as situações vinculadas a administração pública, gestão de empresas privadas, condições e estabilidade no trabalho, saúde psíquica do trabalhador em empresas privadas/públicas e condições atuais do trabalho formal.

Na contemporaneidade as transformações no setor administrativo e empresarial não resultam apenas na acumulação de capital, essas através da dinâmica, acabam modificando as relações no trabalho. Diante desta perspectiva os assuntos abordados são inesgotáveis contribuindo no processo de reflexão na perspectiva política, econômica e sociocultural.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O MUNDO DO TRABALHO SOB A NOVA ORGANIZAÇÃO E OS INFLUXOS NA SAÚDE DO TRABALHADOR	
<i>Jéssica Pereira Cosmo da Silva</i>	
<i>Larissa dos Santos Ferreira</i>	
<i>Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3461915011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
AVALIAÇÃO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS DAS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS EM EMPRESAS PRIVADAS E MISTAS NO RIO DE JANEIRO	
<i>Wagner Salles</i>	
<i>Daniela Salomão Ach</i>	
<i>Jacqueline Santana Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3461915012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
TEMPO PARA TRABALHAR, TEMPO PARA VIVER A VIDA: AS POSSIBILIDADES DE UMA VIDA A SER VIVIDA FORA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO	
<i>Fabio Luiz Zanin</i>	
<i>Arlindo M Esteves Rodrigues</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3461915013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
COMPATIBILIDADE ENTRE ÂNCORAS DE CARREIRA E VALORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL: UM ESTUDO JUNTO AOS SERVIDORES DAS ATIVIDADES-FIM DO INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER – INCA	
<i>Fernando A. Santana Souza</i>	
<i>Isabel de Sá Affonso da Costa</i>	
<i>Marco Aurelio Carino Bouzada</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3461915014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
CORRELAÇÕES ENTRE DIFERENTES TERMINOLOGIAS NO CONTEXTO DO TERCEIRO SETOR: INOVAÇÃO SOCIAL X EMPREENDEDORISMO SOCIAL X EMPRESA SOCIAL X NEGÓCIO SOCIAL	
<i>Manuela Rösing Agostini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3461915015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>60</b>
A PRÁTICA REFLEXIVA DE UM CONSELHO PROFISSIONAL A PARTIR DAS SUAS PRÁTICAS E PRATICANTES	
<i>Thiago Roozevelt de Souza</i>	
<i>Ludmilla Meyer Montenegro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3461915016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
EM BUSCA DA DIFERENÇA E DA IGUALDADE: REFLEXÕES SOBRE MULTICULTURALISMO E INTERCULTURALISMO	
<i>Michel Mott Machado</i>	
<i>Maria Luisa Mendes Teixeira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3461915017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 83**

QUANTO PESA UMA BENGALA? ELEMENTOS PARA UMA (RE)DISCUSSÃO DO PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL 457/2005 E SEUS EFEITOS NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

*Sandro Luís Tomás Ballande Romanelli*

**DOI 10.22533/at.ed.3461915018**

**CAPÍTULO 9 ..... 94**

CULTURA E INTEGRAÇÃO REGIONAL: UNILA UM NOVO PARADIGMA CULTURAL PARA INTEGRAÇÃO REGIONAL.

*Lucas Gonçalves de Oliveira Ferreira*

**DOI 10.22533/at.ed.3461915019**

**CAPÍTULO 10 ..... 105**

RENORMALIZAR O TRABALHO PARA SOBREVIVER AO MEIO: ESTUDO NO BENEFICIAMENTO DE MÁRMORE E GRANITO

*Thiara De Ângeli Porto*

*Mônica de Fatima Bianco*

**DOI 10.22533/at.ed.34619150110**

**CAPÍTULO 11 ..... 118**

MODERNIDADE E REIVINDICAÇÃO IDENTITARIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS EM PROJETOS INTELECTUAIS E AS AGÊNCIAS REGULADORAS COMO EXEMPLO SIMBÓLICO

*Fabiana Saboia*

*Maria Gracinda Carvalho Teixeira*

**DOI 10.22533/at.ed.34619150111**

**CAPÍTULO 12 ..... 134**

EMPRESAS PRIVADAS ATUANDO NO REGIME ECONÔMICO INTERNACIONAL: POSSIBILIDADES E LIMITES

*Leandro Terra Adriano*

**DOI 10.22533/at.ed.34619150112**

**CAPÍTULO 13 ..... 149**

E QUANDO O MEDO NÃO É DE SER MANDADO EMBORA? UMA ANÁLISE DA GESTÃO DO/PELO MEDO EM UMA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA

*Paula Fernandes Furbino Bretas*

*Elisângela Domingues Michelatto Natt*

**DOI 10.22533/at.ed.34619150113**

**CAPÍTULO 14 ..... 166**

A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

*Flávia Ferreira Trindade*

**DOI 10.22533/at.ed.34619150114**

**CAPÍTULO 15 ..... 180**

COMPORTAMENTO E ENVOLVIMENTO DO CONSUMIDOR: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

*Omar Ouro-Salim*

*Karine de Jesus Rodrigues Santana*

*Janice Rodrigues da Silva Hama*

*Carolina de Lima Nogueira Jorge*

*Luiz Lopes Maciel*

*José Waldo Martinez Espinosa*

**DOI 10.22533/at.ed.34619150115**

**CAPÍTULO 16 ..... 197**

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DOS PARTIDOS NO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO: ATIVIDADE PARLAMENTAR EM CONTEXTO DE PREPONDERÂNCIA DO EXECUTIVO

*Vinícius Silva Alves*

**DOI 10.22533/at.ed.34619150116**

**SOBRE A ORGANIZADORA ..... 213**

## A GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL

**Flávia Ferreira Trindade**

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política,  
Universidade Federal de Pelotas.

Pelotas – RS.

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo apresentar a análise do último dispositivo biopolítico, a governamentalidade neoliberal, trabalhado no curso ministrado por Foucault no Collège de France no ano de 1979, intitulado *Naissance de la Biopolitique* (1978-1979). O conceito de biopolítica no pensamento de Paul-Michel Foucault é esmiuçado sobretudo nos escritos de 1974 a 1979. Neste intervalo cronológico podemos detectar cinco dispositivos, a saber: o poder medical, o dispositivo de raça, o dispositivo de sexualidade, o dispositivo de segurança e a governamentalidade neoliberal; este último será abordado nesta pesquisa. Nosso trabalho está centrado na problematização de: Como o liberalismo se coloca como necessário para uma melhor compreensão da biopolítica? Para tanto o trabalho irá se debruçar sobre o curso supracitado, além de buscar comentadores que possam auxiliar na análise. O trabalho abordará o estudo da governamentalidade neoliberal por meio das duas vias que Foucault nos fornece, a saber: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano. Para com isso

demonstrar como se dá esse jogo econômico com os indivíduos da sociedade, e cruzar tal prática com a biopolítica.

**PALAVRAS-CHAVE:** biopolítica, governamentalidade neoliberal, ordoliberalismo, neoliberalismo.

**ABSTRACT:** The present work aims to present the analysis of the last biopolitical device, neoliberal governmentality, worked on the course ministered by Foucault in the Collège de France in 1979, entitled *Naissance de la Biopolitique* (1978-1979). The concept of biopolitics in Paul-Michel Foucault's thinking is focused mainly on the writings of 1974 to 1979. In this chronological interval we can detect five devices, namely: medical power, the device of race, the device of sexuality, the security device and neoliberal governmentality; the latter will be addressed in this research. Our work is centered on the problematization of: How does liberalism put itself as necessary for a better understanding of biopolitics? In order to, the work will focus on the aforementioned course, in addition to seeking commentators who can assist in the analysis. The paper will deal with the study of neoliberal governmentality through the two paths that Foucault gives us, namely: German ordoliberalism and American neoliberalism. In order to demonstrate how the economic game takes place with the individuals of society, and



to cross this practice with biopolitics.

**KEYWORDS:** biopolitics, neoliberal governmentality, ordoliberalism, neoliberalism.

## 1 | INTRODUÇÃO

Michel Foucault inicia o curso, Nascimento da Biopolítica, situando-o como uma continuidade da reconstrução de uma história onde teve por objetivo primordial a questão de estudar a arte de governar o “melhor possível e da melhor maneira possível”, uma história acerca da arte de governar. Salienta que almeja dar uma continuidade do estudo de como se fundamentou o exercício do governo e suas formas, normas que os regem. Em outras palavras, uma análise da racionalização e exercício governamental na prática da soberania política. Segundo Foucault, o governo do Estado deve respeitar certos princípios e regras que lhe são exteriores (leis divinas, morais, naturais), situando os séculos XVI e XVII como marcados pelo fato da razão jurídica buscar limitar os objetivos ilimitados da Razão de Estado de forma extrínseca à mesma. E, expondo uma transformação que vai caracterizar o que poderia se chamar de Razão governamental moderna, que consiste na instauração de um princípio de limitação da arte de governar que lhe é intrínseca, uma regulação interna da racionalidade governamental.

Só havia considerado, e este ano também só considerarei o governo dos homens na medida em que, e somente na medida em que, ele se apresenta como exercício da soberania política. (FOUCAULT, 2008, 3)

Essa nova arte de governar será caracterizada pela instauração de mecanismos ao mesmo tempo “internos, numerosos e complexos”, que tem como função limitar internamente o exercício do poder de governar. O aparecimento de tal economia política e o problema do governo mínimo eram duas ações interligadas pelo mercado, que nos séculos XVI e XVII funcionou como um lugar de justiça. Primeiramente por ser um lugar de estrito de produção de normas, também pelo fato de o preço ser considerado justo tanto por teóricos quanto práticos, e, por fim, devia ser mantida a ausência de fraude. Dessa forma, segundo Foucault, o mercado funciona como um lugar de verificação, na medida que os preços, por se encontrarem de acordo com mecanismos naturais do mercado irão, com isso perpetuar um padrão de verdade que irá possibilitar a distinção nas práticas governamentais que são corretas ou incorretas.

Nesse ponto em que a mudança surgiu, em meados do século XVIII como, de um lado, obediência – devendo ser regida por mecanismos naturais/espontâneos e, por outro lado, um lugar de verdade. Já não carregará o signo, em absoluto, dessas conotações de justiça, mas, será certo preço que vai oscilar em torno do valor do produto. O que muda nesse meado do século XVIII com a formação dessa nova razão governamental é a liberdade de mercado. Esse jogo econômico, segundo Foucault,

é o tema principal do liberalismo e a abertura do mercado mundial que irá permitir a diversidade do jogo econômico e a prevenção de consequências conflituosas. As características fundamentais do liberalismo, segundo Foucault, são: a verificação do mercado, a limitação pelo cálculo de utilidade governamental e a posição da Europa como região de desenvolvimento econômico ilimitado em relação a um mercado mundial. “O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre.” (FOUCAULT, 2008, 87) A nova razão governamental de um lado, fabrica liberdades, o que implica que, do outro lado, sejam estabelecidas limitações, controles apoiados em ameaças, etc. O princípio de cálculo é a segurança – proteger o interesse coletivo dos interesses individuais, e vice-versa – tendo como consequências: o estímulo ao perigo, o panoptismo e as crises de governamentalidade.

Em linhas gerais, podemos dizer o seguinte: no antigo sistema político da soberania, existia entre o soberano e o súdito toda uma série de relações jurídicas e de relações econômicas que induziam, que obrigavam até, o soberano a proteger o súdito. [...] No caso do liberalismo, é bem diferente. Já não é simplesmente essa espécie de proteção externa do próprio indivíduo que deve ser garantida. O liberalismo se insere num mecanismo em que terá, a cada instante, de arbitrar a liberdade e a segurança dos indivíduos em torno da noção de perigo. (FOUCAULT, 2008, 90)

Em outras palavras, o liberalismo nada mais é que uma arte de governar que está baseada na manipulação dos interesses, que não pode ser concomitantemente precursor de perigos e dos aparatos de segurança e da liberdade que deve manter que os sujeitos ou o todo fiquem o mínimo possível expostos a esse perigo. Esses fatos trazem como consequências, primeiramente, um estímulo do perigo (representado no século XIX pela literatura policial e as campanhas de saúde e higiene), a extensão dos mecanismos de controle e coerção que irão fundamentar como que a contrapartida das liberdades e um aumento que se dá ao mesmo tempo pelo aparato das liberdades e pelo lado dos meios de controle. A programação liberal se apresenta na nossa época sob duas formas principais a dos EUA e a da Alemanha, Foucault intenta demonstrar conexões entre as duas, começando pelo ordoliberalismo alemão.

## 2 | O ORDOLIBERALISMO ALEMÃO

Foucault situa o Abril de 1948, período pós-guerra, onde se tinha na Alemanha as exigências de reconstrução, planificação e objetivos sociais, implicando numa política de intervenção na acomodação de recursos, no equilíbrio financeiro, etc. Forma-se junto à administração alemã da economia um conselho científico que pede a liberação imediata dos preços com o intuito de se aproximar dos preços mundiais. Ludwig Erhard profere um discurso onde defende que: “somente um Estado que estabeleça ao mesmo tempo a liberdade e a responsabilidade dos cidadãos pode legitimamente falar em nome do povo.” (FOUCAULT, 2008, 110). Quer dizer, de um modo simples:

um estado perde sua legitimidade e direitos representativos acaso viole a liberdade dos indivíduos. E, em um sentido mais amplo: não é possível exigir uma legitimidade jurídica na medida em que não há aparelho, não há um consenso coletivo que possa ser colocado, não há legitimidade jurídica para fundar um novo Estado alemão.

Segundo Foucault, a instituição da liberdade econômica funcionará, de certo modo, como um gatilho para a formação da soberania política garantindo a liberdade econômica da Alemanha. Tal atividade econômica não foi apenas um dos ramos da atividade da nação produziu legitimidade para o Estado e é criadora do direito público. O que também garantia aos americanos que poderiam ter as relações econômicas que quisessem escolher e não apresentava os perigos do Estado totalitário anterior. E, essa instituição econômica de liberdade tem por função desde a sua origem manter e produzir algo menos utópico, mais sólido, que uma mera legitimação de direito, irá criar um consenso contínuo, um consenso político.

Ou seja, a adesão a esse sistema liberal produz como subproduto, além da legitimação jurídica, o consenso, o consenso permanente, e é o crescimento econômico, é a produção de bem-estar por esse crescimento que vai simetricamente à genealogia “instituição econômica-Estado”, produzir um circuito “instituição econômica-adesão global da população a seu regime e a seu sistema”. (FOUCAULT, 2008, 115)

Nessa “re-ascensão” do Estado alemão o mercado economicamente livre produz conexões políticas, essa liberdade é co-produzida pelo desenvolvimento do bem-estar e o esquecimento da história. Segundo Foucault, os neoliberais alemães tinham três coisas a fazer: i) definir um objetivo – que era de propor validade de um Estado a partir de um campo de liberdades de parceiros econômicos; ii) definir o campo de adversidade e, em complementaridade e solução aos dois primeiros – onde o sistema geral contra o qual podia se chocar esse objetivo podia entrar em confronto e a procura de tal objetivo; iii) distribuir/redistribuir os recursos conceituais e técnicos que tinham a disposição.

E também três obstáculos, desde o século XIX: a economia protegida – onde o liberalismo não se torna a forma geral que toda política econômica deve adotar, o socialismo de Estado – era necessário que o proletariado tido como ameaça fosse reinserido no cerne do consenso social, a economia planificada – organizar uma economia centralizada em torno de um aparato administrativo que tornava o principal das decisões na ordem da economia atribuindo os recursos raros mantendo o nível de preços e o pleno emprego, e as intervenções de tipo keynesiano – tipo de críticas e colocam um certo tipo de intervenções do Estado sobre os equilíbrios gerais da economia. Foucault afirma que não existe uma descontinuidade entre esses elementos e que o nazismo, de certa forma, fundiu tais elementos. O golpe dos neoliberais nessa época foi manter o silêncio, não alertar que isso era uma fusão entre sistemas heterogêneos e que o nacional-socialismo era “o produto de um estado de

crise extrema”.

O golpe dos neoliberais foi não dizer o nazismo é o produto de um estado de crise extrema, é o ponto derradeiro para o qual eram conduzidas uma economia e uma política que não puderam superar suas contradições, e o nazismo como solução extrema não pode servir de modelo analítico à história geral ou, em todo caso, à história passada do capitalismo na Europa. (FOUCAULT, 2008, 150)

Segundo os ordoliberais da época, qualquer governo que adotasse qualquer um dos já referidos elementos colocados como obstáculos, acabaria tendo como consequência os demais, pois, apesar de heterogêneos são internamente ligados. Na sequência, Foucault apresenta os três deslocamentos que, segundo ele, os ordoliberais realizaram e que são de suma importância para a compreensão do liberalismo atual; a saber: 1º) da troca à concorrência como princípio do mercado, em outras palavras, tira-se a intervenção do Estado, uma dissociação entre, a economia de mercado, o princípio econômico do mercado e o princípio político do *laissez-faire*, vai portanto se situar sob o signo de uma vigilância, de uma atividade, de uma intervenção permanente; 2º) questão das ações conformes sendo bifurcado em: ações reguladoras – intervenção nos processos econômicos objetivando a estabilidade dos preços, e ações ordenadoras – intervém nas condições do mercado, e, por fim, 3º) política social, economia de bem-estar concebida de três modos: i) como contrapeso de processos econômicos selvagens onde se admite desigualdade – natureza de um contra ponto dessa política social no que se refere aos mecanismos econômicos; ii) utiliza como instrumento o consumo socializado – transferência de elementos de renda; iii) admite que quanto maior o crescimento maior a política social – consequência que deve ser ativa, intensa e generosa.

Estes três elementos logo foram colocados em xeque, resumindo a política social ao crescimento econômico, porque uma política social não deve ater-se a igualdade como objetivo final – “a desigualdade é a mesma para todos” (FOUCAULT, 2008, 196). Dessa forma, o jogo econômico com seu resultado desiguais que o compõe o colocam como um regulador geral da sociedade a qual todos devem obedecer. Em outras palavras, se trata de modo simples, de assegurar, não a manutenção de poder aquisitivo mas, mas o próprio princípio vital que os mesmos não poderiam fazer sozinhos. “Em suma, não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos.” (FOUCAULT, 2008, 198) Com isso, o filósofo de *A Hermenêutica do Sujeito* chega a conclusão que só pode existir política social onde há crescimento econômico, que por si só, deveria possibilitar que todos almejassem adquirir um nível de renda que lhes permitisse seguros individuais e acesso a propriedade privada, a capacitação seja ela individual ou de grupos com as quais seria possível absorver os riscos.

Esses pontos, tomados em conjuntos levam, segundo Foucault, ao aporte geral

do neoliberalismo, onde, primeiramente temos a intervenção governamental que não é menos presente que nos outros sistemas, mas que tem diferentes pontos de aplicação. O governo, num sistema liberal, não atua sobre o mercado e o sistema neoliberal não tem por finalidade conter as consequências negativas do mercado sobre a sociedade. Ele funciona na sociedade no intuito de que os mecanismos de concorrência tenham a possibilidade de exercer a função reguladora como o objetivo da fundação desse regulador de mercado total da sociedade – sendo de certa forma um governo da sociedade. Essa sociedade ordenada com base no mercado proposta pelos neoliberais se trata de um modo de sociedade onde o que está voga não é tanto o cambio de mercadorias mas, os aparatos de concorrência.

Vale dizer que o que se procura obter não é sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não uma sociedade de supermercado – uma sociedade empresarial. O *homo oeconomicus* que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção. (FOUCAULT, 2008, 201)

Por fim, em segundo lugar, temos uma redefinição do aparato jurídico e das normas do direito que se tornam necessárias à um tipo de sociedade regulada pela concorrência mercadológica. Nesse ponto, Foucault salienta que ser liberal não se trata, em sentido amplo, de ser conservador no caminho de manter privilégios como consequência de uma legislação anterior, mas é, antes disso, ser progressista significando um continuo adaptar-se à ordem da legalidade e as ascensões científicas, aos avanços da ordenação e de uma técnica de viés econômico, as transformações estruturais sociais e as exigências da consciência contemporânea. E uma economia de cunho realmente liberal é, nas palavras de Foucault:

É uma economia submetida a uma dupla arbitragem: à arbitragem espontânea dos consumidores, que partilham os bens e os serviços que lhes são oferecidos no mercado ao sabor das suas conveniências, pelo plebiscito dos preços, e [, por outro lado,] à arbitragem concertada do Estado, que assegura à liberdade, à lealdade e a eficiência do mercado. (FOUCAULT, 2008, 224)

### 3 | O NEOLIBERALISMO NORTEAMERICANO

Michel Foucault começa então, na aula de 14 de março de 1979, a delinear o neoliberalismo norteamericano, apresentando seus três principais elementos de contexto desse desenvolvimento que foram, a saber: o New Deal, os pactos sociais de guerra e o crescimento da administração federal através dos programas econômicos e sociais. O liberalismo norteamericano no ponto onde se formula, desde o século XVIII não representa, como se encontrava na França por exemplo, um “princípio moderador” no que concerne a razão de Estado já existente mas, sim razões de tipo liberal-econômicas que serviram como cerne da independência dos Estados Unidos.

Foi a título de princípio fundador e legitimador do Estado que o liberalismo foi convocado. Não é o Estado que se autolimita pelo liberalismo, é a exigência de um liberalismo que se torna fundador do Estado. Isso, creio eu, é um dos traços do liberalismo americano. (FOUCAULT, 2008, 300)

O liberalismo nos Estados Unidos, ao contrário dos países europeus que tinham como principal ponto de debate a unidade do Estado e a sua independência, isso no desenrolar do século XIX, tinham como foco principal do discurso político o liberalismo. Também ao contrário dos demais países onde podemos observar uma “dupla ancoragem” tendo a direita o representar de uma tradição liberal história que se mostra hostil a todo e qualquer eco socialista e a esquerda onde se fazia para além de uma mera crítica, mas uma verdadeira luta diária contra um desenvolvimento de um Estado de caráter imperialista e militar. Nos Estados Unidos, observamos que o liberalismo é toda uma forma de ser e pensar, que entre os indivíduos e o governo adquire, ao contrário, o aspecto do problema das liberdades, como estilo geral de pensamento, de análise e imaginação.

É por isso que eu creio que o liberalismo americano, atualmente não se apresenta apenas, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas digamos que é uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com ancoragem à direita e à esquerda. É também uma espécie de foco utópico sempre reativado. É também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica. (FOUCAULT, 2008, 301)

Mergulhando um pouco mais fundo no liberalismo americano, o qual se distingue do francês e do alemão, Minchel Foucault nos apresenta dois elementos que são métodos de análise e modos de programação na concepção liberal norteamericana, que são, a saber: a teoria do capital humano e o programa da análise da criminalidade e da delinquência. Começando pela teoria do capital humano, é importante, primeiramente, se ter bem claro a economia como ciência do comportamento humano como uma relação entre fins e meios raros que tem usos mutuamente excludentes. Dessa forma a economia não será mais vista apenas como uma observação da lógica histórica do desenrolar do processo, mas uma análise mesma de uma racionalidade interna, da “programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008, 306). Nesse aspecto a problemática fundamental será a de situar, a partir do momento em que se analisa o trabalho, em termos econômicos claro, como quem trabalha utiliza os recursos que usa, de se situar do ponto de vista do trabalhador – o trabalho observado como modo de agir econômico. Nesse modo de análise o trabalhador pela primeira vez não será visto como objeto ou coisa, mas será parte, sujeito operante.

Nessa perspectiva que segue o pensamento de Foucault o salário é visto como renda, que vem a ser o produto ou resultado de um capital. E pela via inversa o capital será tudo o que puder se tornar uma renda futura. O trabalhador deve ser entendido,

segundo Foucault, como uma máquina, mas em um sentido positivo, sendo uma máquina que vai produzir fluxos de renda. Dessa forma deve ser considerado que a aptidão ou competência a qual é uno com o trabalhador é, no ponto pelo qual o mesmo é visto como uma máquina produtora.

Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo. (FOUCAULT, 2008, 310)

### 3.1. A Teoria do *Homo Oeconomicus*

Nesse ponto surge o *homo oeconomicus* como o homem de troca, como um componente importante do mecanismo de cambio, que resulta em uma observação do que o mesmo é, que se trata um desmembramento de suas condutas e modos de utilidade, que dizem respeito a toda uma questão das necessidades, visto que é a partir delas que será baseado o mecanismo de troca. Mas a análise neoliberal irá transcender esse *homo oeconomicus* parceiro da troca pelo *homo oeconomicus* que gerencia a si próprio, que surge como uma espécie de empresa para si mesmo, sendo ele próprio seu capital. A partir dessa ideia tem-se que o salário representa remuneração e que a renda que resulta de certo capital – chamado capital humano – de modo que a chamada competência-máquina a qual ele representa é a renda que não deve, nem pode ser separada do sujeito humano que lhe compete.

O primeiro problema de capital humano apresentado por Foucault trata-se da questão da genética e seu interesse ao inserir-se nas populações é o de definir os indivíduos de risco e, também os riscos que os mesmos podem sofrer no desenrolar de sua vida. Dessa forma, podemos observar que de acordo com o equipamento genético que um indivíduo possui, se o mesmo quiser perpetuar uma boa herança genética em seus descendentes deverá preocupar-se em se casar e procriar com alguém de material genético tão bom quanto o seu. Nesse caso, o aparato de produção de seres humanos esta envolvida em toda uma problemática econômica e social por causa da raridade de encontrar bons equipamentos. Sendo portanto, no limiar de uma constituição, desenvolvimento e acúmulo e aperfeiçoamento de capital humano que está sustentado a problemática política da utilização genética.

A formação de capital humano irá produzir espécies de competência-máquina como, por exemplo, os investimentos educacionais – tanto no caso da instrução de modo amplo, quanto da formação profissional. Os neoliberais observam que os investimentos educacionais vão muito além do ensino escolar e profissional, nesse limiar entra o tempo que os pais consagram aos filhos e o resultado futuro positivo dessa dedicação. Nesse caso, as horas a fio em que a mãe zela por seu filho ao lado do berço, tem-se como resultado que quanto mais horas os pais dedicarem a seus filhos na infância mais sua capacidade de adaptação e sua competência-máquina

serão ativados.

Ou seja, o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano. (FOUCAULT, 2008, 315)

A ampliação da forma geral do mercado no neoliberalismo americano para além do câmbio monetário age como princípio de inteligibilidade, decifração de relações sociais e das condutas individuais, é o econômico atuando sobre o não-econômico, por exemplo, expressa na já citada relação mãe-filho (o resultou no investimento da criação, quando o filho adulto é chamado pelos neoliberais de renda-psíquica). Da mesma forma, no que concerne a questão natalidade e da característica malthusiana da constituição das famílias que é retomada pelos neoliberais apontando um paradoxo que aponta que o que importa para as famílias mais ricas é o de repassar a seus descendentes – capital humano. Investimento que não seriam possíveis em uma família que fosse deveras numerosa. Dessa forma, nessa possibilidade da perpetuação do capital humano, que está definido, de acordo com os neoliberais americanos a questão mais limitada das famílias ricas em relação as famílias pobres.

De acordo com Lagasnerrie no capítulo intitulado “O mercado onipresente” de sua obra *A última lição de Foucault*, com o advento do neoliberalismo se trata de disseminar a forma mercado de modo amplo, devendo os aparatos concorrenciais serem propagados não somente a determinados setores, mas ao todo, funcionando assim como reguladores em sentido global dentro do campo social. “A utopia liberal consiste em inserir o máximo de realidades na esfera de um contexto de mercado” (LAGASNERRIE, 2013, 47) Que o diferencia do liberalismo clássico, o do *laissez-faire* onde havia uma fronteira entre o econômico e o político, já com o neoliberalismo tem-se o Estado sob a constatare vigilância do mercado, temos nas palavras de Lagasnerrie uma “economia que funda a política e determina as formas e natureza da intervenção pública”. (LAGASNERRIE, 2013, 49)

De forma que, segundo Foucault, com o exercício da grade econômica não irá representar de forma alguma de compreender os mecanismo sociais e torna-los com isso inteligíveis mas de fundamentar e dizer o porquê de uma crítica política contínua do agir político e governamental. Com isso, filtra-se toda a conduta de poder político no cambiada oferta e procura, no que se refere a eficácia, e custos que resultam dessa intervenção de poder público no que se refere a mercado. E, com isso, se fundamenta a governamentalidade de fato exercida, por meio de uma crítica que não é apenas política ou jurídica, mas mercantil. Se anteriormente, com o liberalismo clássico o princípio era o governo respeitar o mercado –*laissez-faire*– agora não se deixa o governo fazer por meio de uma lei do mercado que o irá avaliar e controlar. A forma geral do mercado se torna instrumento, uma ferramenta de discriminação no debate com a administração, sendo uma espécie de tribunal econômico permanente frente ao governo.



Segundo Lagasnerrie no capítulo intitulado “Impedir o laissez-faire do governo” da obra supracitada, Foucault coloca em oposição duas influentes analíticas do poder e do soberano, uma jurídico-dedutiva rousseauísta e a outra que é a do radicalismo inglês. Essa última é a que terá por característica não jogar o jogo do soberano e se opor ao Estado o questionando, não em sua legitimidade, mas, em sua utilidade. Nesse sentido, o ponto central desse radicalismo e do liberalismo inglês se encontra no fato de terem conseguido se separar do pensamento do Estado.

Foucault insiste no fato de que o neoliberalismo contemporâneo inscreve-se em tal filiação, reproduzindo voluntariamente esse modo de questionamento, essa maneira de problematizar, embora radicalizando-os e generalizando-os – como vemos especialmente nos Estados Unidos. (LAGASNERRIE, 2013, 140)

De acordo com a análise feita por Lagasnerrie, o interesse que se coloca como fonte mais importante é esse ato de não-submissão, como se fosse, de alguma forma um golpe de Estado feito pelos neoliberais. No gesto de recusa às instancias políticas e em um eterno dissolver da prática governamental inserida na economia, os neoliberais irão transcender muito mais que eles que se empenham nos discursos que seguem inscritos no poder soberano, pois estes últimos nunca poderão se opor fundamento da autoridade pública e questionar a forma-Estado em sua essência e o porque de n’ s obedecermos.

E serão esses dois elementos, condutas não-econômicas que se dão por meio de uma grade de inteligibilidade econômica e a crítica e análise do agir do poder público em termos de mercado são as duas características que se conectam na observação que alguns neoliberais fizeram da criminalidade e do funcionamento da justiça penal. A lei surge como uma solução mais econômica para punir de modo devido os indivíduos e para que a mesma seja eficaz. A oferta do crime e o enforço, dois aspectos que se encontram na análise de certos neoliberais fizeram da criminalidade, do funcionamento a justiça penal que o custo fosse o mais baixo possível no fim do século XVIII início do XIX. A lei tem por característica sancionar atos, porém punir indivíduos, almejando sua tendência individualizante da aplicação da lei e o crime é a ação que o indivíduo comete assumindo o risco de ser punido pela lei, é apenas mais uma oferta do mercado.

Todos esses problemas giram em torno da noção do *homo oeconomicus*, em que medida é legítimo aplicar o modelo do *homo oeconomicus* a cada indivíduo, não só econômico, mas social. O problema que se coloca é da definição do objeto da análise econômica posta a toda conduta, que implicam em uma acomodação eficaz de recursos para fins alternativos onde encontramos a possibilidade de uma “generalização” do objeto econômico ate o resultar de todo o agir que use meios limitados a um fim, em outras palavras, a identificação desse objeto a todo o agir racional. “Toda conduta que aceite a realidade – deve poder resultar de uma análise econômica. *O homo oeconomicus* é aquele que aceita a realidade” (FOUCAULT, 2008, 368).

A conduta racional é toda conduta que possa sofrer transformações nas variáveis

do meio e que responde de forma sistemática. Deixa-se o *homo oeconomicus* fazer, sendo sujeito ou objeto do *laissezfaire*. Segundo Foucault, a emergência da noção de *homo oeconomicus* representa uma forma de desafio político à concepção jurídica, do soberano: ele poderá mexer em tudo, menos no mercado. A primeira solução a esse processo consistiria em limitar a atividade do soberano a tudo o que não seja o mercado, mantendo assim a forma da razão de Estado e fazendo simplesmente uma subtração do campo econômico. A segunda solução seria a dos fisiocratas, consiste em manter toda a extensão da esfera de atividade da governamentalidade, mas em modificar em seu fundo a própria natureza da atividade governamental, e de atividade governamental ela se torna passividade teórica.

#### 4 | A SOCIEDADE CIVIL

Para que a governamentalidade possa conservar seu caráter global sobre o conjunto do espaço de soberania para manter, ao mesmo tempo, a unidade da arte de governar, sua generalidade sobre o conjunto da esfera da soberania, para que a arte de governar conserve a sua especificidade e sua autonomia em relação a uma ciência econômica, para responder a essas três questões é preciso dar a arte de governar um campo de referência novo, uma realidade nova sobre a qual se exercerá a arte de governar e esse campo de referência novo; é aí que se insere a sociedade civil. A sociedade civil é o correlativo de uma tecnologia de governo cuja medida racional deve-se indexar-se juridicamente a uma economia entendida como processo de produção e de troca. A economia jurídica de uma governamentalidade ligada a economia é a problemática que envolve a sociedade civil, aquilo que será definido no fim do século XVIII como nação, o que irá possibilitar um exercício governamental e uma verdadeira arte de governar e uma observação sobre a mesma, uma espécie de tecnologia que não atinge nem as leis nem os princípios do direito.

Um governo onipresente, um governo a que nada escapa, um governo que obedece às regras do direito, mas um governo que respeita a especificidade da economia, será um governo que administrará a sociedade, que administrará o social. (FOUCAULT, 2008, 403)

O *homo oeconomicus* e a sociedade civil são dois elementos indissociáveis, ele é ponto dito como ideal e plenamente econômico que permeia a realidade complexa da sociedade civil. Em outras palavras, a sociedade civil faz parte do grupo sólido onde no interior é preciso realocar esses aspectos ideais que são o *homo oeconomicus*, para poder orientá-lo de forma ótima. Logo, *homo oeconomicus* e sociedade civil fazem parte do mesmo conjunto, o conjunto da tecnologia da governamentalidade liberal. A sociedade civil é a articulação da história com o vínculo social e permite definir uma relação interna e complexa entre o vínculo social e a relação de autoridade na forma

de governo. A sociedade civil é, segundo Foucault, uma realidade governamental moderna, um elemento de realidade transacional que parece primordialmente desse modo correlativo de mecanismo governamentalidade que é definido como liberalismo.

Por fim, é a sociedade civil que vai fazer surgir os indivíduos enquanto tais, ela assegura a síntese espontânea dos indivíduos por significar uma somatória das satisfações particulares no próprio vínculo social. E cada ponto que constitui a sociedade civil será analisado pelo fator positivo ou negativo que causará ao todo. Tem-se assim todo um aparato que visa multiplicar de modo imediato e tem por fim esse modo multiplicador imediato de lucro desse simplesmente econômico de interesses. E o que conecta esses indivíduos no interior da sociedade civil não é a maximização lucrativa da troca, mas toda uma série de chamadas por Foucault de “interesses desinteressados”. Dessa forma, essa é primeira diferença entre a conexão que une os seres econômicos e os indivíduos que fazem parte da sociedade civil, por existir um interesse não egoísta, um jogo de interesses desinteressados muito mais complexo que o egoísmo em si. A segunda diferença se encontra no ponto entre os indivíduos econômicos a conexão não local, não existe localização ou territorialidade, não existe um modo de associação particular no amplo espaço do mercado. “A sociedade civil não é humanitária, é comunitária.” (FOUCAULT, 2008, 410) Com isso, o que Foucault denomina por sociedade civil trata-se de um vínculo estritamente econômico, e esse vínculo irá desempenhar no interior dessa sociedade em que ele pode funcionar primeiramente, o que unirá esses indivíduos, mas para além disso servirá de princípio de dissociação que terá por fim desfazer continuamente o que esse vínculo que se dá de forma espontânea na sociedade civil conecta.

Trata-se agora de regular o governo não pela racionalidade do indivíduo soberano que pode dizer “eu, o Estado”, [mas] pela racionalidade daqueles que são governados, dos que são governados como sujeitos econômicos e, de modo mais geral, como sujeitos de interesse, interesse no sentido mais geral do termo, [pela] racionalidade desses indivíduos na medida em que, para satisfazer a esses interesses no sentido geral do termo, eles utilizam certo número de meios e os utilizam como querem: é essa racionalidade dos governados que deve servir de princípio de regulagem para a racionalidade do governo. É isso, parece-me, que caracteriza a racionalidade liberal: como regular o governo, a arte de governar [fundar] o princípio de racionalização da arte de governar no comportamento racional dos que são governados. (FOUCAULT, 2008, 423)

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente curso, intitulado *La Naissance de la Biopolitique*, Michel Foucault nos apresenta, primeiramente, a questão de como o mercado passou de um lugar de jurisdição a um lugar de verificação, e como essa transformação auxiliará na legitimação do Estado alemão, o qual se encontrava totalmente destruído no período pós-guerra.

O filósofo de *As palavras e as coisas* nos clarifica que, os preceitos pelos quais foi criado o Estado nazista de Hitler foram às próprias teorias dos neoliberais alemães. Os quais se calaram durante o regime totalitário nazista e, após 1948 irão fazer uma espécie de inversão das teorias econômicas tradicionais e, como o regime nazista era tido pelos neoliberais alemães com o máximo da estatização, os neoliberais então irão buscar situar o mercado acima do Estado, dando dessa forma poder político ao mesmo e nascendo assim a já conhecida visão negativa do capitalismo.

O segundo movimento que Michel Foucault explana é o neoliberalismo norteamericano, onde a questão do liberalismo se apresenta por meio de uma noção muito importante – a de capital humano. Segundo essa noção temos cada indivíduo gerenciando a si próprio como se fosse uma empresa, desse modo o indivíduo é o capital humano e o salário (capital) é o que lhe possibilitará ter rendas futuras. A partir daí entramos na noção de *homo oeconomicus* como o indivíduo que gerencia a si próprio nesse espaço onde quem governa não é mais um soberano, mas o mercado. Teremos no jogo econômico também um jogo de liberdades, pois, de um lado, um Estado dominado pelas regras do mercado, um Estado que não interfere nas regras do mercado. E, do outro lado, o *homo oeconomicus* que tem de gerenciar a si próprio e trabalhar de acordo com as regras do mercado.

Respondendo a questão inicial: Como o liberalismo se coloca como necessário para uma melhor compreensão da biopolítica? Podemos observar, tomando primeiramente o que Foucault entende por biopolítica, que é o modo que se apresentou desde o século XVIII as questões que se colocavam frente à prática governamental isso sendo dado pelo conjunto de fenômenos mesmos de todo um grupo de indivíduos entendidos como população – saúde, natalidade, raças, etc. Em outras palavras, com o foi manipulado de modo ótimo a vidas da população e tudo que as permeiam (atravessam), tanto politicamente, quanto economicamente. No âmbito político, podemos observar, por exemplo, como se instauraram dispositivos que por meio do poder medical, raça, sexualidade e segurança mantinham um controle de viés político sobre os indivíduos constituídos enquanto população. Nos faltava uma análise que abarcasse o ponto econômico da biopolítica e essa resposta vem simbolizada através do signo do liberalismo, e mais, de sua passagem para uma governamentalidade neoliberal. Parafraseando Michel Foucault, o liberalismo como explicação do viés econômico da biopolítica, disso se tratou o meu trabalho.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Braziliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LAGASNERIE, Geoffrey. **A última lição de Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: Investigação sobre a natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-034-6



9 788572 470346